

Pesquisas de EJA EPT na UFSM: o que foi produzido?

EJA EPT research at UFSM: what was produced?

Recebido: 13/09/2023 | **Revisado:**
25/06/2025 | **Aceito:** 08/07/2025 |
Publicado: 20/06/2026

Giselda Mesch Ferreira da Silva
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3415-3438>
Universidade Federal de Santa Maria
E-mail: gisamesch@gmail.com

Mariglei Severo Maraschin
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9705-1896>
Universidade Federal de Santa Maria
E-mail: mariglei@ctism.ufsm.br

Vanessa Dias Espindola
ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-0083-0825>
Universidade Federal de Santa Maria
E-mail: va.espindola@hotmail.com

Lizandra Falcão Gonçalves
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6009-0034>
Universidade Federal de Santa Maria
E-mail: lizandrafalcaoconcalves@gmail.com

Como citar: SILVA, G. M. F.; MARASCHIN, M. S.; ESPINDOLA, V. D.; GONÇALVES, L. F. Pesquisas de EJA EPT na UFSM: o que foi produzido?. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [S.l.], v. 01, n. 26, p.1-20 e16099, jun. 2026. ISSN 2447-1801. Disponível em: <Endereço eletrônico>.



This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 Unported License.

Resumo

O objetivo desta pesquisa é analisar o que foi produzido nas pesquisas de Pós-Graduação da UFSM sobre a EJA-EPT no período de 2000 a 2022. Justifica-se por resgatar as pesquisas desenvolvidas sobre a EJA-EPT na UFSM, no período de 2000, ano da homologação do Parecer Nº11/2000 que institui as Diretrizes Curriculares para EJA. O estudo considera os resumos das pesquisas e as categorias: título, autor, programa, palavras-chave, metodologia, sujeitos da pesquisa, lócus e resultados. Como principais resultados temos a invisibilidade desta política nos programas de Pós-Graduação da UFSM, contudo evidencia-se a importância das pesquisas sobre o tema na atualidade, de modo a produzir estudos que venham a contribuir com o seu aprimoramento e dar visibilidade à modalidade.

Palavras-chave: EJA-EPT; Educação Profissional; UFSM; Pesquisa

Abstract

The objective of this research is to analyze what was produced in the UFSM Postgraduate research on EJA EPT in the period from 2000 to 2022. It is justified by rescuing the research developed on EJA-EPT at UFSM, in the period 2000, the homologation of Opinion Nº11/200 that establishes the Curriculum Guidelines for EJA. The study considers research summaries and categories: title, author, program, keywords, methodology, research subjects, locus and results. As main results, we have the invisibility of this policy in the Postgraduate programs at UFSM, however, the importance of research on the subject today is evident, in order to produce studies that will contribute to its improvement and give visibility to the modality

Keywords: EJA-EPT; Professional education; UFSM; Search

1 INTRODUÇÃO

O estudo realizado buscou tecer considerações acerca de duas modalidades de ensino existentes no Brasil, estas que são voltadas para suprir as demandas por educação da classe trabalhadora, sendo: A Educação de Jovens e Adultos (EJA) e a Educação Profissional e Tecnológica (EPT), tendo, portanto, como objetivo geral analisar o que foi produzido nas pesquisas de Pós-Graduação da UFSM sobre a EJA-EPT no período de 2000 a 2022. A EJA-EPT é o acrônimo que refere-se à Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional e Tecnológica.

A integração da Educação Profissional com a Educação de Jovens e Adultos, criado em primeira instância com o nome de PROEJA – Programa Nacional da Integração da Educação Profissional com a Educação Básica, responde como política pública que é criada para “possibilitar e regular a educação dos trabalhadores, cujas idades os classificassem como jovens e adultos, nos níveis inicial e continuado e na Educação Profissional” (Maraschin e Ferreira, 2020, p. 4).

Por política entende-se a capacidade de participação ou organização da vida em comunidade que um cidadão tem, seja este adquirido através de atos jurídicos de um Estado, seja ele conquistado em movimentos coletivos de base. O dicionário online define política como “Ciência do governo dos povos; Direção de um Estado e determinação das formas de sua organização; Mecanismo de orientação administrativa de Estados e Conjunto dos negócios de Estado, maneira de os conduzir” (Aurélio, 2022).

Encara-se política como a materialidade da liberdade e igualdade possível ao ser humano (Arendt, 2006), de transformar seu contexto. Assim sendo e considerando o complexo significado do conceito de política, Teixeira (2002) conceitua política pública:

[...] diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. São, nesse caso, explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamento), orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos. Nem sempre, porém, há compatibilidade entre as intervenções e declarações de vontade e as ações desenvolvidas (Teixeira, 2002, p. 02).

Entende-se que, se há necessidade de mediações do Estado para com a sociedade, desse modo pode-se inferir que a construção das políticas públicas perpassam conflitos de interesses e disputas. Para além do entendimento de política pública, a professora Doutora Dalila Oliveira, docente do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), amplia a compreensão distinguindo duas formas de políticas públicas. Ela destaca:

(...) políticas de governo são aquelas que o Executivo decide num processo elementar de formulação e implementação de determinadas medidas e programas, visando responder às demandas da agenda política interna, ainda que envolvam escolhas complexas. Já as políticas de Estado são aquelas que envolvem mais de uma agência do Estado, passando em geral pelo Parlamento ou por instâncias diversas de discussão, resultando em mudanças de outras normas ou disposições preexistentes, com incidência em setores mais amplos da sociedade (Oliveira, 2011, p. 329).

Assim, a EJA é uma política de Estado legitimada pela carta magna da Educação Nacional, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (LDB). Contudo, as diretrizes de sua implementação somente são deliberadas nos anos 2000, através do Parecer Nº 11/2000 do Conselho Nacional de Educação (CNE), elaborado pela Câmara de Educação Básica (CEB). Este parecer foi fruto de audiências públicas com representantes da comunidade educacional do país (Brasil, 2000). O relator do parecer, o sociólogo Carlos Roberto Jamil Cury, professor emérito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), foi também presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). O Parecer foi construído através da contribuição dos profissionais da educação de todo o território nacional visando o desvelar da realidade da EJA possibilitando o “apontamento de temas e problemas que sempre estiveram na base das práticas e projetos concernentes à EJA e de suas diferentes formulações no Brasil” (Brasil, 2000, p.13).

No Parecer foi destacado a importância dos movimentos sociais na efetivação de políticas públicas para a EJA e apresenta as principais funções da modalidade, tendo a função reparadora além de encaminhar “não só a entrada no circuito dos direitos civis pela restauração de um direito negado: o direito a uma escola de qualidade, mas também o reconhecimento daquela igualdade ontológica de todo e qualquer ser humano” (Brasil, 2000, p. 7). Desta forma, a referida função visa “uma oportunidade concreta de presença de jovens e adultos na escola e uma alternativa viável em função das especificidades sócio-culturais destes segmentos para os quais se espera uma efetiva atuação das políticas sociais” (Brasil, 2000, p. 9).

Já a função equalizadora, segundo o parecer, “vai dar cobertura a trabalhadores e a tantos outros segmentos sociais como donas de casa, migrantes aposentados e encarcerados” (Brasil, 2000, p. 9), pois o seu reingresso na escola, através da modalidade EJA:

(...) deve ser saldada como uma reparação corretiva, ainda que tardia, de estruturas arcaicas, possibilitando aos indivíduos novas inserções no mundo do trabalho, na vida social, nos espaços da estética e na abertura dos canais de participação. Para tanto, são necessárias mais vagas para estes “novos” alunos e “novas” alunas, demandantes de uma nova oportunidade de equalização (Brasil, 2000, p. 9).

Há também a função qualificadora, que, conforme o parecer, (Brasil, 2000) deve apresentar-se de forma permanente, pois:

Mais do que uma função, ela é o próprio sentido da EJA. Ela tem como base o caráter incompleto do ser humano cujo potencial de desenvolvimento e de adequação pode se atualizar em quadros escolares ou não escolares. Mais do que nunca, ela é um apelo para a educação permanente e criação de uma sociedade educada para o universalismo, a solidariedade, a igualdade e a diversidade (Brasil, 2000, p. 11).

Destaca-se as três funções que o parecer apresenta sobre a EJA porque estas configuram exatamente o que a modalidade precisa atualmente: reparar uma dívida social com os sujeitos historicamente excluídos do nosso país, ao mesmo tempo que busca equalizar a oferta e qualificar as práticas, considerando os sujeitos que ela frequenta, suas histórias e identidades. Este parecer veio ao encontro dos anseios dos profissionais da educação, materializando-se como um ato histórico no campo educacional. Contudo, refletindo sobre o desenvolvimento histórico do campo educacional considera-se, respaldados em Vieira Pinto (1997), que:

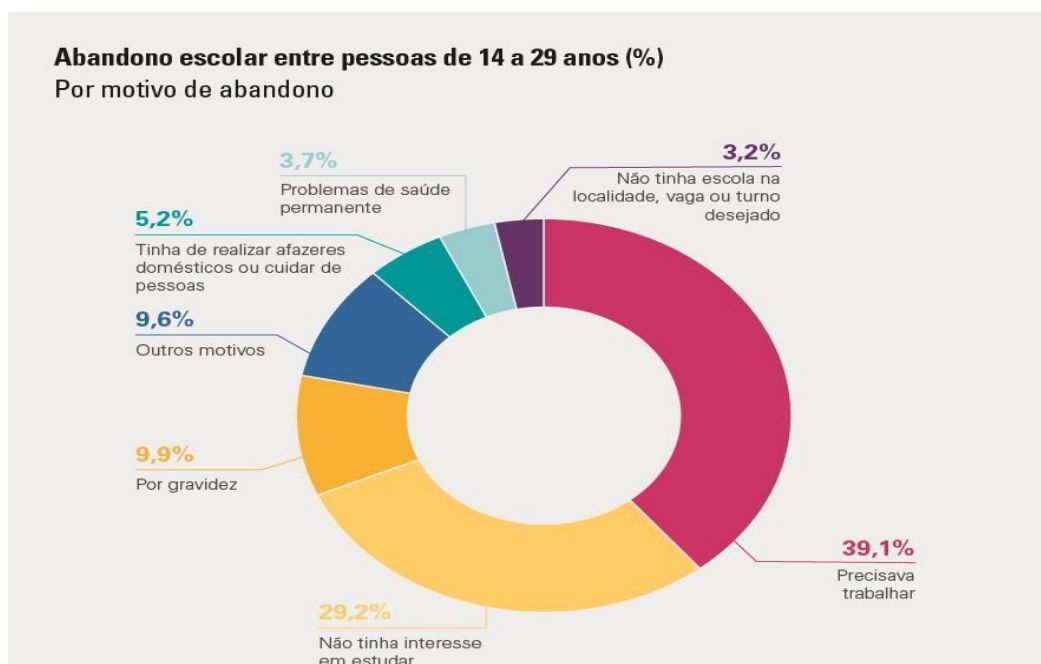
A educação em cada fase da evolução histórica é sempre um produto cultural da sociedade, reflete os interesses nela dominantes, o que (para a sociedade onde há várias classes) significa preponderantemente os interesses daqueles que tem a direção da comunidade (Vieira Pinto, 1997, p.77).

Pode-se inferir que a realidade da afirmação do autor se faz notável para a construção da EJA, enquanto modalidade de ensino, a qual desde a formulação do Parecer nº. 11/2000, sofreu determinações de impactos positivos ao seu desenvolvimento no sentido de cumprir as funções destinadas no documento, porém também sofreu com impactos negativos proporcionados por atores políticos contrários ao desenvolvimento da educação nesta modalidade e também em todos os níveis e modalidades do país, isto refletindo o interesse antagônico de classes distintas.

Partindo dos pressupostos elencados, os quais buscaram pontuar a importância do entendimento acerca da relevância da EJA enquanto conquista histórica da classe trabalhadora deste país, este estudo buscou analisar o que foi produzido nas pesquisas de Pós-Graduação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) sobre a Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional e Tecnológica no período de 2000 a 2022. O objetivo foi resgatar as pesquisas desenvolvidas sobre a EJA-EPT na UFSM, no período de 2000, ano da homologação do Parecer nº. 11/2000 que instituiu as Diretrizes Curriculares para EJA, até os dias atuais, 2022, considerando a relevância da EJA-EPT no cenário nacional como modalidades de educação desenvolvidas de modo concomitante, portanto, com as suas particularidades. Destaca-se que as mesmas surgem para mediar a dualidade histórica entre a educação ofertada para a elite e a educação ofertada para a classe

trabalhadora, neste país, de modo que a educação escolar seja de alcance para os trabalhadores brasileiros, os mesmos que, por diferentes motivos, precisam escolher entre trabalhar ou estudar (ver gráfico 1).

Gráfico 1: Motivos de abandono escolar entre estudantes de 14 a 29 anos.



Fonte: Fonte: IBGE, 2019.

A pesquisa, direcionada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), aponta as causas do abandono escolar, dentre elas: a necessidade de ingresso no mundo do trabalho (39,1%), seguida logo após por uma diferença de quase 30 pontos percentuais de gravidez como motivo de afastamento dos bancos escolares. Sendo assim, estudos e pesquisas envolvendo pautas e temas que incluem a EJA, no caso deste artigo, da EJA-EPT, são urgentes para dar visibilidade à modalidade e assim, garantir a ampla defesa da comunidade e implementação de Políticas de Estado a esse setor educacional tão desvalorizado historicamente.

2 DESENVOLVIMENTO

A EJA é o local por excelência onde se encontram os jovens, adultos e idosos que, por inúmeros motivos (gráfico 1), não concluíram sua escolaridade em tempo próprio previsto na legislação vigente e sempre foi pauta dos movimentos sociais que lutaram por uma política efetiva para a modalidade. Um direito que necessita de constante “vigilância dos movimentos sociais, demandando o olhar dos governos para

a formação e a escolarização dos jovens e adultos, muitas vezes excluídos da escola e do mundo do trabalho” (Maraschin e Ferreira, 2020, p.2).

A Emenda Constitucional Nº 59/2009, altera a Constituição Federal que passa a vigorar no inciso I, do Art. 208 com o texto: “educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria” (Brasil, 2009). Sendo assim, o ideal que a legislação propaga é que os adolescentes, com até 17 anos, deveriam frequentar os bancos escolares da Educação Básica, na forma regular. Entretanto, entre o ideal e o real existe uma distância significativa, pois cada vez mais os jovens, a contar dos 15 anos completos, enfileiram-se nas portas das escolas que ofertam a EJA, do Ensino Fundamental. O que buscam? Por que não estão em turmas regulares, concluindo a Educação Básica? Na verdade, “cada vez a juventude, os jovens e os adultos populares estão mais demarcados, segregados e estigmatizados” (Arroyo, 2007, p. 6) e por isso procuram a EJA, pois “chegam com percursos truncados pela dificuldade de articular tempos de sobrevivência e tempos de escola” (Arroyo, 2007. p. 12-13).

Sendo assim, tendo um público tão diverso em um mesmo espaço tempo, há que se construir uma proposta de EJA que considere esses “sujeitos concretos, em contextos concretos, com histórias concretas, com configurações concretas” (Arroyo, 2007, p. 7) que a legislação, muitas vezes, legitima, porém o Estado não assegura, pois, muito tem se assistido nos últimos anos o fechamento de turmas e escolas que ofertam a modalidade em questão.

É neste sentido que se configura, em 2008, a Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica (RFEPCT), que tem em seu nascedouro a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Ifs). Tais instituições emergem com o propósito de abrir caminhos para a Educação Profissional e Tecnológica, em especial à classe trabalhadora que, por não ter escolaridade e tampouco qualificação profissional, se aglomeram em filas infindáveis por um emprego que garanta um mínimo possível de sustento para si e sua família. Nesta seara Frigotto *et al* (2018) se refere aos IFs, advertindo que estes:

respondem a uma necessidade do ser humano, a partir da apreensão de novos conhecimentos e saberes sobre si e sua realidade, de se apoderar de seu lugar, de seu território, como parte constituinte de sua vida, e que possui um significado que não é dado pelas demandas e necessidades dos mercados, e sim pelos significados e relações estabelecidas por aqueles que ocupam um dado território (Frigotto *et al*, 2018, p. 102).

Com este propósito nasce os Institutos Federais e a Educação Profissional: capacitar jovens e adultos para o mundo do trabalho, integrando a formação geral com a específica, conforme traduz Pacheco (2012):

Se pela formação geral as pessoas adquirem conhecimentos que permitem compreender a realidade, na formação profissional o conhecimento científico adquire, para o trabalhador, o sentido de força produtiva, traduzindo-se em técnicas e procedimentos, a partir da compreensão dos conceitos científicos e tecnológicos básicos que o possibilitarão atuar de maneira autônoma e consciente na dinâmica econômica da sociedade (Pacheco, 2012, p. 69).

Trata-se de um projeto educativo que valoriza o humano e as suas potencialidades ao ter a cidadania como mote central, pois “a educação profissional não é meramente ensinar a fazer e preparar para o mercado de trabalho, mas é proporcionar a compreensão das dinâmicas sócio-produtivas das sociedades modernas, com as suas conquistas e os seus revezes” (Pacheco, 2012, p. 67). Uma visão sistêmica que tem o “trabalho como princípio educativo” (Kuenzer, 2013) é a matriz fundante da Educação de Jovens e Adultos Integrada à educação Profissional, pois entende o sujeito como ser ativo, construtor e co-responsável por sua formação, ao mesmo tempo que busca sua preparação para uma sociedade sustentável e tecnológica, aliando-se a natureza como forma de produção e não de alienação.

2.1 ENCAMINHAMENTOS METODOLÓGICOS

Este é um estudo qualitativo com características de estudos anteriores. Considera-se que através da sessão estudos anteriores é possível inserir-se em um debate acadêmico (PAGLIARUSSI, 2020). Para isto, a produção de dados teve início com uma busca realizada na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) partindo dos descritores EJA-EPT (sem aspas) tendo um único filtro: a Universidade Federal de Santa Maria - UFSM. As análises aconteceram tendo amparo nos resumos das produções publicadas. Desta forma, foram encontrados seis trabalhos, que aqui estão organizados pela identificação: T1, T2, T3, T4 e T5¹

Ao selecionar os descritores, em um primeiro momento da pesquisa, foram encontrados na busca vinte e dois (22) trabalhos de Pós-Graduação em âmbito nacional, sendo dezoito (18) dissertações e quatro (4) teses, produzidas em onze (11) universidades brasileiras diferentes, conforme gráfico 2.

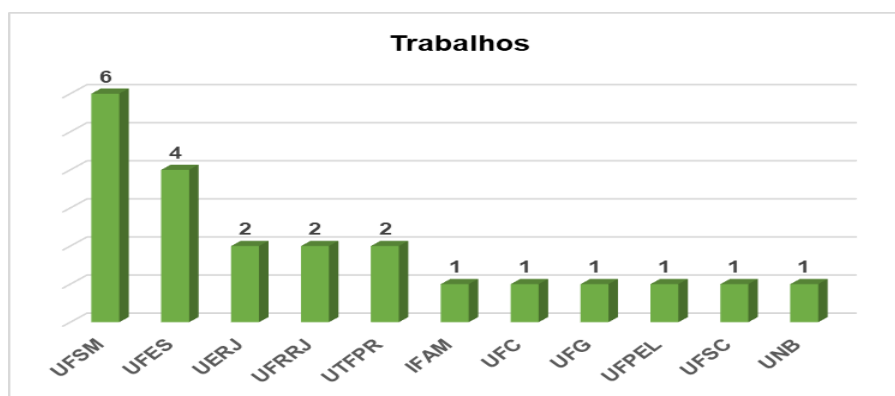
A busca evidenciou seis trabalhos na UFSM, quatro na UFES - Universidade Federal do Espírito Santo, dois na UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, dois trabalhos na UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, dois na UTFPR - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, bem como um trabalho em cada uma das seguintes universidades: IFAM - Instituto Federal do Amazonas, UFC -

¹ Ao começar a análise minuciosa dos resumos observou-se que um dos trabalhos não tem a EJA-EPT como foco principal da pesquisa, fazendo referência apenas de uma turma da EJA como sujeito de sua pesquisa, não desenvolvendo sobre a temática e seguindo, assim, outro rumo de estudo. É importante salientar que isto se torna uma falha na plataforma BDTD referente a critérios de busca de pesquisa. Deste modo, foi descartado este trabalho na análise minuciosa dos resumos ficando cinco trabalhos para a nossa pesquisa tão somente.

Universidade Federal do Ceará, UFG - Universidade Federal de Goiás, UFPEL - Universidade Federal de Pelotas, UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina e UNB - Universidade de Brasília.

Um fato a considerar é que das vinte e duas (22) pesquisas publicadas, seis (6) são da UFSM correspondendo a 27% das produções referente a EJA-EPT na plataforma da BDTD, seguido pela Universidade Federal do Espírito Santos - UFES com quatro pesquisas, somando 18% das publicações. As outras instituições publicaram de dois a um trabalho cada uma.

Gráfico 2: Número de trabalhos de Pós-Graduação produzidos nas universidades brasileiras



Fonte: As autoras, 2023.

Ao começar a análise minuciosa dos resumos observou-se que um dos trabalhos não tem a EJA-EPT como foco principal da pesquisa, fazendo referência apenas de uma turma da EJA como sujeito de sua pesquisa, não desenvolvendo sobre a temática e seguindo, assim, outro rumo de estudo. É importante salientar que isto se torna uma falha na plataforma BDTD referente a critérios de busca de pesquisa. Deste modo, foi descartado este trabalho na análise minuciosa dos resumos ficando cinco trabalhos para a nossa pesquisa tão somente.

As quatro dissertações publicadas pela UFSM pertencem ao Programa de Pós Graduação em Educação Profissional e Tecnológica - PPGEPT, oferecido pelo Colégio Técnico Industrial de Santa Maria – CTISM. O programa de mestrado acadêmico foi aprovado para funcionamento em 2015, após três anos de estudos e debates. O Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica do CTISM, tem como objetivo elevar “a qualidade científica, didática e pedagógica da educação profissional através da ampliação do saber estrito de profissionais de diversas áreas para a atuação em Educação Profissional e Tecnológica” (UFSM,2023,sp).

O objetivo do programa atende as produções pesquisadas ao demonstrar a relação entre a política da EJA na EPT, pois o Colégio Técnico é referência em Educação Profissional na cidade de Santa Maria. A seguir partiremos da análise dos

documentos produzidos pela UFSM tendo como foco a EJA-EPT, o qual disponibilizamos no quadro 1 para melhor entendimento do leitor.

Quadro 1: Relação das produções da EJA EPT constante no repositório da UFSM quanto ao título, autor/a, ano de defesa e orientador/a.

	T1	T2	T3	T4	T5
Título	A política de EJA-EPT no CTISM: um estudo sobre as transformações vivenciadas na e para além da pandemia.	Política e trabalho pedagógico da EJA-EPT: olhares sobre o Curso Técnico em Cozinha do Instituto Federal Farroupilha Campus São Borja – RS	Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional e Tecnológica: movimentos e dialeticidade do trabalho pedagógico	Desenvolvimento de material didático digital para apoio ao ensino de alunos maduros no PROEJA / CTISM	O ensino de História no PROEJA: reflexões sobre o ensino integrado pelo viés da Formação omnilateral
Autor/a	Shirley Winter	Martina Gusmão	Marcos José Andrighetto	Lubia Wustrow Souza	Paula Becher
Ano	2021	2020	2019	2021	2017
Orientador/a	Mariglei Severo Maraschin	Mariglei Severo Maraschin	Mariglei Severo Maraschin	Leila Maria Araújo Santos	Roselene Moreira Gomes Pommer

Fonte: As autoras, 2023.

No tocante ao ano das pesquisas, detectamos uma pesquisa defendida em 2017, uma em 2019, duas em 2020 e uma em 2021.

Como o programa da publicação é o mesmo e já foi citado, destacamos a relação dos orientadores da pesquisa. Na verdade, trata-se de orientadoras, sendo que a Prof^a Dr^a Mariglei Severo Maraschin assina três das cinco pesquisas, uma outra foi orientada pela Prof^a Dr^a Leila Maria Araújo Santos e outra pela Prof^a Dr^a Roselene Moreira Gomes Pommer.

Quadro 2: Relação das produções da EJA-EPT constante no repositório da UFSM quanto as palavras-chave, objetivo e metodologia

	T1	T2	T3	T4	T5
Palavras chaves	1 Política de EJA-EPT 2 Transformações. 3 Mundo do trabalho Pandemia	1.Educação 2.Profissional e Tecnológica 3.Trabalho Pedagógico 4.EJA-EPT 5.Curso Técnico em cozinha	EJA-EPT 2 Políticas Públicas Educacionais 3.Trabalho Pedagógico	PROEJA 2 Educação Profissional e Tecnológica 3.Material Didático Digitais 4.Aluno Adulto e maduro	1 Educação Profissional e Tecnológica 2.PROEJA 3.Ensino de História 4.Formação Omnilateral
Objetivo	Analisar as transformações vivenciadas pelos trabalhadores-estudantes que acessam a política de EJA-PT no CTISM, No Período de 2019- 2021 e pelos trabalhadores-professores neste contexto e para além dele.	Analisar as políticas da EJA- EPT e o trabalho pedagógico no Curso Técnico em Cozinha do Instituto Federal Farroupilha, Campus de São Borja – RS, a partir dos discursos dos estudantes	Analisar as relações do Trabalho Pedagógico na formação dos estudantes da EJA-EPT no Campus Santo Augusto.	Desenvolver material didático digital para o apoio ao ensino na educação de alunos adultos inseridos no ensino profissionalizante: EJA-EPT (PROEJA).	Refletir a inserção, configuração e desafios do Ensino de História em cursos técnicos ofertados a partir da instituição do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade Educação de Jovens e Adultos (PROEJA).
Metodologia	Caráter qualitativo e dialético	Abordagem qualitativa	Materialismo Histórico e Dialético	Caráter qualitativo	Bibliográfica

Fonte: As autoras, 2023.

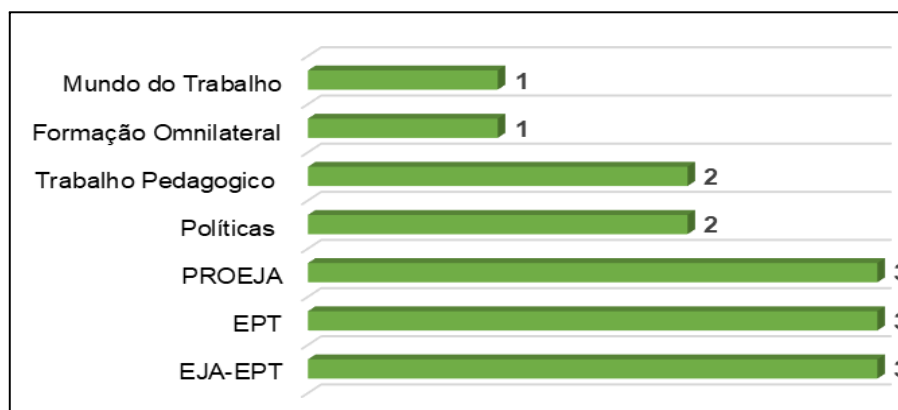
Em se tratando dos objetivos das pesquisas é válido ponderar que três das cinco investigadas tem em sua elaboração o verbo analisar. As análises dizem respeito às transformações que os estudantes vivenciam ao acessar as políticas da

EJA-EPT, o trabalho pedagógico baseado nos discursos de estudantes do curso de cozinha e as relações do trabalho pedagógico na formação dos estudantes. Uma outra pesquisa tem a intenção de refletir questões pertinentes ao curso de História em cursos técnicos ofertados no PROEJA. Tais questões refletem a inserção, configuração e desafios do ensino de História. A quinta pesquisa analisada se propôs desenvolver material didático digital para o apoio ao ensino na educação de estudantes adultos inserido na EJA-EPT.

É legítimo ponderar que dos objetivos das pesquisas publicadas e aqui analisadas foram extraídas as palavras-chave apresentadas logo a seguir o resumo, apresentando um alto vínculo entre si, o que é um aspecto deveras importante e facilitador no que concerne a busca no repositório de uma instituição, possibilitando uma fluidez na pesquisa de trabalhos aos pesquisadores da educação.

As palavras-chave são a porta de entrada para o trabalho, pois nela deve constar elementos importantes que serão debatidos na produção. Constatou-se que as palavras-chave utilizadas pelos pós-graduandos em seus trabalhos foram as descritas no gráfico 3.

Gráfico 3: Palavras-chave constantes nas publicações pesquisadas



Fonte: As autoras, 2023.

As palavras EPT, EJA-EPT e PROEJA são as mais citadas seguidas de Trabalho Pedagógico e Políticas. As expressões Mundo do Trabalho e Formação Omnilateral foram citadas uma única vez cada. Percebe-se que o conjunto de palavras coincide com interfaces da políticas de EJA-EPT e está coerente com título, objetivo e resultados composto no resumo.

No que se refere aos sujeitos das pesquisas, os estudantes foram o foco principal em quatro trabalhos, sendo que dois destes também pesquisou o viés dos docentes da EJA EPT, conforme Quadro 3, a seguir:

Quadro 3: Sujeitos das pesquisas:

Trabalhos	Sujeitos
T1	Estudantes trabalhadores e docentes da modalidade
T2	Estudantes
T3	Estudantes e docentes da EJA-EPT
T4	Docentes
T5	Gestores, docentes e estudantes

Fonte: As autoras.

Conhecer a perspectiva dos estudantes vai ao encontro das escritas de Arroyo (2017) em sua obra “Passageiros da Noite”, que decorre da importância de conhecer os passageiros (estudantes da EJA) e sua vivência, sua trajetória de sujeitos que tiveram seu direito à educação negados para se inserir no mundo do trabalho. O mesmo autor fala da importância dos docentes terem consciência de sua formação pedagógica como formação humana, não apenas transferir conhecimento. Assim, as produções legitimam a importância das pesquisas para concretização da política de EJA-EPT ao se direcionarem aos sujeitos que dela se praticam (Arroyo, 2017).

Quanto às metodologias apresentadas nos resumos das produções é possível constatar que o tipo de pesquisa com maior incidência é o qualitativo e a abordagem dialética. A visão dialética é coerente com a temática visto que a política de EJA-EPT é manejada através da relação de poder entre o trabalho ontológico no viés capitalista e o papel da educação nesta luta de interesses.

A dialética, enquanto método, durante a produção e análise de dados considera a totalidade e também outras categorias, pois estas não são estanques, estão em movimento. Pesquisas que se utilizam da metodologia dialética pretendem desvelar a realidade concreta dos fenômenos. Fazenda (2010) explana que a dialética tem um aspecto não apenas investigativo mas também de práxis. Ela é movimento de crítica, construção de conhecimento e, assim, cria um pensamento novo de transformação através do conhecimento e ação, superando, desta forma, a realidade concreta.

Quadro 4: Relação das produções da EJA-EPT constante no repositório da UFSM quanto ao lócus e principais resultados da pesquisa

Ts	Lócus	Resultados
T1	CTISM	As transformações observadas pelos estudantes foram mais no sentido profissional. Já as transformações observadas pelos professores em relação aos estudantes foram, em sua maioria, no sentido pessoal. Portanto, no espaço-tempo da pesquisa, foram muitas transformações, sejam no âmbito do mundo do trabalho, na educação e na vivência da pandemia que exigiu que professores e estudantes se reinventassem.
T2	IFFar – Campus São Borja	O TP contribui para a formação de sujeitos críticos e comprometidos como o desenvolvimento social, mas o mundo do trabalho, no município, tende a precarizar o profissional Técnico em Cozinha. A partir dessas constatações pelos discursos dos estudantes, sugerem-se ações para a gestão do IF de reformulação no curso, nas práticas e ações para a gestão municipal, no sentido de valorizar as formações técnicas e superiores no mundo do trabalho.
T3	IFFar – Campus Santo Augusto	Necessidade de readequação curricular e de um projeto pedagógico coerente com as realidades e especificidades da EJA, assim como, para a ampliação da participação da classe trabalhadora nas decisões e na política da EJA-EPT.
T4	N/C no resumo	Realização de produto educacional aberto, para auxiliar professores do PROEJA em suas aulas, através da elaboração e disponibilização de materiais didáticos digitais voltados aos alunos adultos maduros e de um site educacional para hospedar os materiais elaborados.
T5	IFs - região central do Rio Grande do Sul.	Compreendeu-se que diversos desafios ainda permanecem para a efetivação do ensino integrado pelo viés da omnilateralidade, capaz de ultrapassar dicotomias históricas de nossa sociedade e, em específico, na constituição da Educação Profissional e Tecnológica. No entanto, o ensino de história pode se apresentar como um importante elemento para esta superação, pelo fato de oferecer suportes para a estruturação da consciência histórica.

Fonte: As autoras, 2023.

Observa-se que o lócus de pesquisa não foi apresentado no resumo de duas dissertações e apresentado em quatro delas. Os locais no qual as pesquisas foram realizadas foram o CTISM e o IFFAR, o que corrobora a ideia de ser a Rede Federal destaque na oferta da modalidade EJA-EPT, portanto campo fértil de pesquisa na modalidade. A proposta das unidades que compõem a Rede Federal de integração entre Educação Profissional e Educação Básica, tem como viés o trabalho como princípio educativo, o pilar na construção da proposta dos Institutos Federais que ofertam a EJA-EPT.

No que se refere aos resultados finais das produções, é possível observar que, por mais que cada autor procure identificar particularidades em sua escrita, há

um constante nas ponderações finais na qual a política EJA-EPT está intensamente inserida no mundo do trabalho. A dissertação identificada como T1 explana em seus resultados as transformações no meio profissional observadas pelos estudantes. O T3 demonstra a importância da classe trabalhadora, não apenas os docentes, os próprios estudantes trabalhadores, participarem da construção pedagógica dos currículos a fim de estarem coerente com a realidade vivida pelos sujeitos que fazem os cursos integrados de EJA-EPT. O T2 reforça que o trabalho pedagógico crítico, construído em harmonia com o desenvolvimento social-regional, contribui para potencializar e valorizar os cursos técnicos na região.

A dissertação T4 executou um produto educacional para auxiliar aspectos didáticos mediante compartilhamento de materiais dos docentes que trabalham no PROEJA, demonstrando a necessidade de pesquisas que apoiem a formação e capacitação dos docentes desta modalidade visto que é um desafio devido a diversidade do perfil dos estudantes da EJA-EPT. Sobre este aspecto, Cury, no Parecer nº. 11/2000 afirma:

as instituições que se ocupam da formação de professores são instadas a oferecer habilitação em seus processos seletivos. Para atender essa finalidade, elas deverão buscar os melhores meios de satisfazer os estudantes matriculados. As licenciaturas e outras habilitações ligadas aos profissionais do ensino não podem deixar de considerar, em seus cursos, a realidade da EJA. Se muitas universidades, ao lado de secretarias de Educação e outras instituições privadas sem fins lucrativos, já propõem programas de formação de docente para a EJA, é preciso notar que se trata de um processo em vias de consolidação e depende de uma ação integrada de oferta dessa modalidade nos sistemas (Brasil, 2000, p. 37).

Para finalizar, os resultados do T5 concluem que, por mais que ainda seja um desafio, é possível uma formação omnilateral nos cursos integrados à EPT e que a disciplina de História pode auxiliar ao executar suportes teóricos da superação da consciência histórica crítica. A formação omnilateral, conforme abordada pela pesquisadora, fundamenta-se na concepção marxiana e propõe a emancipação do ser humano por meio da educação, através do trabalho como princípio educativo. Adotar a perspectiva do trabalho como princípio educativo é articular os conhecimentos para que o sujeito tenha compreensão do processo produtivo no qual ele está inserido mediante a associação do trabalho intelectual e manual, ou seja, através da oferta de uma educação que promova a formação integral contribuindo para a superação da dualidade histórica entre trabalho manual e intelectual bem como entre trabalho e educação (Moura, 2013). Uma proposta que visa a libertação do sujeito enquanto ser “não-alienado e dotado de uma formação verdadeiramente humana, omnilateral” (Sousa, 1999, p. 100).

É possível verificar que os trabalhos apresentaram sintonia entre as categorias analisadas no resumo e coerente com os debates e políticas da EJA-EPT. A

seguir, nas considerações finais, iremos abordar como estas pesquisas têm importância para estudos posteriores sobre a temática EJA-EPT e como suas abordagens são necessárias para fomentar o debate.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendendo a importância do Parecer nº. 11/2000, o qual criou as primeiras Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA, este artigo buscou analisar as produções dos programas de Pós-Graduação da UFSM sobre a EJA-EPT a contar de sua homologação até 2022. Neste sentido, detecta-se que, ao longo deste 22 anos, apenas 5 trabalhos sobre a EJA integrada à EPT foram publicados na UFSM e todos em um único programa. A ausência de pesquisas no PPGE levanta o questionamento de qual o papel da política da EJA no meio acadêmico e o porquê de sua invisibilidade comparada a outras temáticas da educação.

Observou-se na análise dos trabalhos uma diversidade de abordagens, com alguns estudos tendo a política como foco central, enquanto outros se voltam para o trabalho pedagógico. No entanto, os lócus das pesquisas está majoritariamente concentrado nas instituições federais, o que contrasta com a realidade, já que a maior parte das matrículas da EJA se encontra na rede estadual. Outro aspecto relevante são os resultados apresentados, que, embora evidenciem avanços, reforçam a importância de ampliar o debate sobre a EJA-EPT para além dos espaços acadêmicos restritos em que atualmente se insere.

A trajetória de fortalecimento da EJA-EPT na Rede Federal pode ser compreendida por meio de três movimentos principais. O primeiro foi a criação do Programa de Educação de Jovens e Adultos na Educação Profissional e Tecnológica (PROEJA), instituído pelo Decreto 5.478/2005 e posteriormente atualizado pelo Decreto 5.840/2006, que consolidou uma política específica voltada para essa população. O segundo movimento foi a expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) a partir de 2005, ampliando a oferta de cursos e a acessibilidade para jovens e adultos. Por fim, o terceiro movimento foi a criação de uma nova institucionalidade para a Rede Federal, representada pelos Institutos Federais (IFs), cuja lei de criação garantiu a oferta preferencial de cursos na modalidade integrada, voltada tanto para egressos do Ensino Fundamental quanto para o público jovem e adulto trabalhador. Esses movimentos, juntos, potencializaram a ampliação e o fortalecimento da EJA-EPT na Rede Federal, promovendo maior inclusão e acesso à Educação Profissional de qualidade.

Considera-se que a EPT foi potencializada com a criação dos IFs pela Lei Nº. 11.892/2008, a qual colocou a EJA-EPT no cenário educacional para além da profissionalização por si só. Os objetivos dos IFs reforçam a relação entre trabalho e educação. Estes, deixam claro a oferta de Educação Profissional de Jovens e Adultos mediante ao Ensino Médio Integrado. Assim, verifica-se que a EJA-EPT pode ter saído da marginalização das pesquisas após este período. É importante descrever que as pesquisas se relacionam com toda comunidade acadêmica da EJA-EPT e reforçam a

rede pública como um lócus importante para esta modalidade por ter o CTISM e o IFFAR como principal local das pesquisas analisadas.

Reitera-se que esta pesquisa se fez urgente e necessária para demonstrar que a EJA-EPT deve estar mais presente nos programas de Pós-Graduação devido a importância que esta política tem para efetivar o direito de educação aos trabalhadores que precisam, por algum motivo, abandonar a escola, voltando tempos depois. É inaceitável que, em mais de duas décadas, menos de meia dúzia de produções tratem sobre a modalidade referida.

Apenas em 2022 foi ofertada uma disciplina sobre as políticas de EJA no PPGE da UFSM. Primeira disciplina, não apenas do programa, mas da instituição. Este dado fala muito sobre a temática aqui apresentada. Ousa-se aliar a falta de visibilidade para a EJA com a visão de uma sociedade neoliberal, excludente, que ao longo de sua construção tratou a educação dentro de uma concepção meritocrática, para alguns, para poucos.

Verificou-se que, via de regra, os pós-graduandos e orientadores das pesquisas já são estudiosos e/ou trabalham com a modalidade aqui estudada. No entanto, a EJA-EPT precisa ser debatida nas graduações que visam formar profissionais para educação e, também, ser fomentada nos cursos de Pós-Graduação. A política de EJA-EPT é a possibilidade de muitos trabalhadores que tiveram o direito à educação negado por vários aspectos forjados pela sociedade capitalista. É uma ferramenta importante para uma transformação que almeja a formação integral dos sujeitos.

Esta pesquisa não se esgota neste artigo. Há que se esperar por dias melhores à educação, em especial no início de 2023, com um novo governo que tem em sua pauta uma visão mais plural e democrática da educação ofertada na esfera pública. Parafraseando Freire (1992) há que se esperar, mas não esperando como quem dedica um tempo à pausa, ao descanso, confiando em dias melhores, simplesmente. Esperançar lutando por uma educação mais justa e igual a todos e todas.

REFERÊNCIAS

ANDRIGHETTO, Marcos José. 2019. **Educação de jovens e adultos integrada à educação profissional e tecnológica: movimentos e dialeticidade do trabalho pedagógico**. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2019. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/19091/DIS_PPGEPT_2019_ANDRIGHETTO_MARCOS.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 16 nov. 2022.

ARENDDT, Hannah. **O Que é Política?** Trad. Reinaldo Guarany. 6 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006

Arroyo, M. G. (2007a). Balanço da EJA: o que mudou nos modos de vida dos jovens-adultos populares?. **Revej@** — Revista de Educação de Jovens e Adultos, 1(0), 5–19.

Disponível em: <https://nedeja.uff.br/wp-content/uploads/sites/223/2020/05/Balano-da-EJA-MiguelArroyo.pdf>. Acesso em 5 jan 2023.

ARROYO, Miguel. **Passageiros da noite**: do trabalho para a EJA: itinerários pelo direito a uma vida justa. Petrópolis: Vozes, 2017.

AURÉLIO, Dicionário online. Disponível em <https://www.dicio.com.br/aurelio-2/>. Acesso em 21 Dez. 2022.

BECHER, Paula Rochelle Silveira. **O ensino de História no PROEJA**: reflexões sobre o ensino integrado pelo viés da formação omnilateral. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/13868/DIS_PPGEPT_2017_BECHER_PAULA.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 16 nov. 2022.

BRASIL. Lei Nº 9.394/1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: MEC, 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%209.394-1996?OpenDocument. Acesso em 21 dez. 2022.

BRASIL. LEI Nº 11.892/ 2008. **Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11892.htm acesso em 04 de janeiro de 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer Nº 11/2000**. Diretrizes curriculares nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília: MEC, 2000. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja/legislacao/parecer_11_2000.pdf. Acesso em 26/12/2022.

BRASIL. **Emenda Constitucional Nº 59/2009**. BRASÍLIA, 2009. Acrescenta § 3º ao art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para reduzir, anualmente, a partir do exercício de 2009, o percentual da Desvinculação das Receitas da União incidente sobre os recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino de que trata o art. 212 da Constituição Federal, dá nova

redação aos incisos I e VII do art. 208, de forma a prever a obrigatoriedade do ensino de quatro a dezessete anos e ampliar a abrangência dos programas suplementares para todas as etapas da educação básica, e dá nova redação ao § 4º do art. 211 e ao § 3º do art. 212 e ao caput do art. 214, com a inserção neste dispositivo de inciso VI. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao.htm#art208i. Acesso em 5 jan. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto Nº 5478/2005**. Institui, no âmbito das instituições federais de educação tecnológica, o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA. Brasília, 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5478.htm. Acesso em: jan. 2023.

BRASIL. **Decreto Nº 5.840/2006**. Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5840.htm. Acesso em: jan. 2023.

FAZENDA, Ivani *Et.al.* **Metodologia da Pesquisa Educacional**. 12ed. São Paulo: Cortez, 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FRIGOTTO, Gaudêncio; NEVES, Bruno Miranda; BATISTA, Eliude Gonçalves; DOS SANTOS, Jordan Rodrigues. O “ESTADO DA ARTE” DAS PESQUISAS SOBRE OS IFS NO BRASIL: A PRODUÇÃO DISCENTE DA PÓS-GRADUAÇÃO – DE 2008 A 2014. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.) **INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA: relação com o ensino médio integrado e o projeto societário de desenvolvimento**. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2018. 320 p.

GUSMÃO, Martina Isnardo. **Política e trabalho pedagógico da EJA EPT: olhares sobre o Curso Técnico em Cozinha do Instituto Federal Farroupilha Campus São Borja – RS**. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2020. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/21612/DIS_PPGEPT_2021_GUSM%33%830_MARTINA.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em 16 nov. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. PNAD

contínua. **Necessidade de trabalhar e desinteresse são principais motivos para abandono escolar.** Disponível em

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/28286-necessidade-de-trabalhar-e-desinteresse-sao-principais-motivos-para-abandono-escolar>. Publicação em 15/07/2020. Acesso em: 03 jan. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA -IBICT-. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. **Biblioteca Digital de Teses e Dissertações** (BDTD). Brasília, DF. Disponível em: <https://bdttd.ibict.br/vufind/>. Acesso em: nov. 2022.

KUENZER, A. Z. O trabalho como princípio educativo. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 68, p. 21–28, 2013. Disponível em:

<https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/1118>. Acesso em: 5 jan. 2023.

MARASCHIN, M. S.; FERREIRA, L. S. A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO DE ADULTOS INTEGRADA À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL: DAS POLÍTICAS ÀS PRÁTICAS. HOLOS, [S. l.], v. 3, p. 1–15, 2020. DOI: 10.15628/holos.2020.9553.

Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/9553>. Acesso em: 5 jan. 2023.

MOURA, Dante Henrique. Ensino médio integrado: subsunção aos interesses do capital ou travessia para a formação humana integral? **Educação e Pesquisa**. 2013, v. 39, n. 3. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ep/a/c5JHHJqdxYtnwWvnGfdkztG/abstract/?lang=pt#> Acesso em: 10 mar. 2022.

OLIVEIRA, Dalila. **DAS POLÍTICAS DE GOVERNO À POLÍTICA DE ESTADO: REFLEXÕES SOBRE A ATUAL AGENDA EDUCACIONAL BRASILEIRA.** Educ.

Soc., Campinas, v. 32, n. 115, p. 323-337, abr.-jun. 2011 Disponível em <https://www.scielo.br/j/es/a/hMQyS6LdCNDK8tHk8gL3Z6B/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em 21 Dez. 2022.

PACHECO, Eliezer (org.). **PERSPECTIVAS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO:** Proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais. Editora Moderna. São Paulo: 2012.

PAGLIARUSSI, M. S. A organização temática da seção de estudos anteriores em artigos científicos. Revista de Contabilidade e Organizações, [S. l.], v. 14, p. e169787, 2020. DOI: 10.11606/issn.1982-6486.rco.2020.169787. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rco/article/view/169787>. Acesso em: 3 jan. 2023.

PLATAFORMA LATTES. Disponível em <https://lattes.cnpq.br/> . Acesso em 6 jan. 2023.

SOUSA Jr., Justino de. Politecnicidade e omnilateralidade em Marx. Trabalho & Educação. Belo Horizonte: NETE, jan/jul, 1999, n. 5, p. 98-114.

SOUZA, Lúbia Telma Garcia Wustrow. **Desenvolvimento de material didático digital para apoio ao ensino de alunos maduros no PROEJA/CTISM.**

2021. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2021. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/22245/DIS_PPGEPT_SOUZA_LUBIA.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 16 nov. 2022.

TEIXEIRA, E. C. O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade. Revista AATR, Salvador, 2002. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf. Acesso em: 01 jan. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica - **PPGEPT**. Santa Maria, RS: UFSM, 2023. Disponível em: <https://www.ufsm.br/cursos/pos-graduacao/santa-maria/ppgept>. Acesso em: 20 fev. 2023.

VIEIRA PINTO, ÁLVARO. **Sete Lições Sobre Educação De Adultos**. 10ª ed. São Paulo: Cortez, 1997.

WINTER, Shirley Bernardes. **A Política de EJA EPT no CTISM: Um estudo sobre as transformações vivenciadas na e para além da Pandemia**. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2021. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/23549/DIS_PPGEPT_2021_WINTER_SHIRLEY.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 16 nov. 2022.